



3.21 • Integração regional e multilateralismo

Aliança do Pacífico: modelo alternativo de integração na América Latina

Raquel de Caria Patrício

NO FINAL DA DÉCADA DE 1990, o cenário de oposição aos ajustes estruturais das políticas votadas ao Consenso de Washington na América Latina marcou decisivamente todo o contexto regional que viria a estruturar-se na primeira década do século XXI. Conquanto tenham sido diferenciados, os efeitos desses ajustes sobre os países da sub-região conduziram, na grande maioria deles, à subida ao poder dos mais diversos quadrantes ideológicos com origem na esquerda, umas mais radicais, revisionistas até, outras mais pragmáticas e moderadas, da fórmula social-democrata, em meio a estratégias globais de ação centradas na assinatura de tratados de livre comércio com a maior diversidade possível de parceiros, como o modelo chileno, enquanto o México, a braços com uma guerra contra o crime organizado em torno do narcotráfico, via a segurança pública ser minada e a lei enfraquecida, pondo em risco a democracia e a própria sustentabilidade do Estado.

Os múltiplos processos de integração

Em função das disparidade e heterogeneidade e da forma como os governos nacionais vêm lidando com as mesmas, também as estratégias de inserção internacional vêm surgindo distintas, expressas numa multiplicidade de orientações económicas que originam diferentes fórmulas de integração, designadamente o Mercado Comum e a Comunidade das Caraíbas (CARICOM), a participação do México no *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), a estratégia global do Chile, a Comunidade Andina e, mais recentemente, a Aliança do Pacífico, para além do Mercosul, da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA). Trata-se de uma diversidade de processos de cooperação/integração regional dominados, cada qual, por interesses próprios e estratégias de atuação distintas, quando mesmo inconciliáveis. Enquanto o Mercosul substituiu o foco central da coerência neoliberal da década de 1990 pela visão utilitária que o Brasil dedica hoje ao entorno regional, nele englobando pragmaticamente a Venezuela, a Unasul surge como reflexo da estratégia geopolítica e geoeconómica do Brasil de promover a integração da infraestrutura energética da sub-região e assim acionar a cooperação no setor da energia, surgindo a ALBA, por seu lado ainda, como parte da estratégia regional e geopolítica da Venezuela destinada a erigir um grupo próprio de Estados para promover as visões bolivarianas assentes num discurso marcadamente revisionista anti-EUA. Seguindo a lógica chilena em direção à diversificação de parceiros implicando poucos ou nenhuns compromissos institucionais, o Peru e a Colômbia

engendram um grupo diferente, ao qual o México se soma quando se trata dos acordos de livre comércio assinados entre si e com os EUA – contexto no qual se assiste à criação da Aliança do Pacífico em Junho de 2012.

Efetivamente, a criação da Aliança do Pacífico pelo Chile, Colômbia, Peru e México representa a estruturação de um modelo alternativo de atuação dos governos nacionais na promoção de uma inserção voltada para o comércio internacional, sendo certo que, frente à pluralidade de orientações económicas hoje existentes na região, a competição mais acirrada é sem dúvida entre a *nova* Aliança do Pacífico e o *velho* Mercosul, até porque aquela foi inicialmente criada com vista a contrabalançar o poder de iniciativa regional que, até então, pertencera ao Mercosul. Se este tem uma postura protecionista frente ao comércio internacional, aquela apresenta uma posição de abertura comercial ao mundo – uma posição que, às vésperas da sua formalização, o México defendera na Cimeira do G20 de Abril de 2012 e à qual o Brasil ripostara, alegando ser a facilitação do comércio benéfica aos países desenvolvidos.

A Aliança do Pacífico e o Mercosul

Certo é que a competição pela expansão entre a Aliança e o Mercosul vem assentando nas características políticas dos Estados membros de cada bloco e não tem sido favorável a este último. Afinal, as tensas reuniões entre Brasília e Buenos Aires visando suspender as barreiras ao comércio dentro do bloco e o sucessivo desrespeito argentino pelas disposições dos tratados constitutivos do Mercosul, a que o Brasil raramente responde, em nome da estabilidade regional, criam dificuldades internas ao Brasil, designadamente ao setor industrial automobilístico. Simultaneamente, o reforço dos laços bilaterais entre os Estados membros da Aliança do Pacífico e entre estes e o resto do mundo acaba por rodear o Mercosul, e o Brasil em particular, de uma rede de acordos de livre comércio a que os Estados do Mercosul não têm acesso, o que impõe um enorme desafio à política externa brasileira, reivindicando um maior dinamismo ao seu modelo de integração – desafio a que o Brasil atual não parece capaz de dar resposta, frente à atual retração da sua política externa, em virtude da estagnação económica; das dificuldades de gestão política interna com que o recém-empossado governo Dilma Rousseff tem tido de lidar, com uma oposição que vem-se fortalecendo desde o final do seu primeiro mandato (2011-2014), com uma base aliada que, mais do que apoiar a presidente, vem procurando fazê-la refém de diversas exigências, tendo o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) à cabeça, em particular desde que conse-

guiu fazer eleger Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados no final de Janeiro contra o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT); do escândalo de corrupção na Petrobrás, que vem arrastando, não só o PT, como a maioria dos partidos da base aliada; e ainda em função da falta de confiança que as escolhas, em Fevereiro, de Aldemir Bendine para a Petrobrás e de Miriam Belchior para a Caixa Económica Federal deveriam ter trazido e não trouxeram.

“
Embora o intercâmbio de bens e serviços tenha sido o mote para a sua criação, a Aliança afirma não representar unicamente uma plataforma nesse âmbito restrito.”

Ainda assim, a 24 de Novembro de 2014, em Santiago do Chile, a Aliança do Pacífico e o Mercosul realizaram, pela primeira vez, uma reunião conjunta com o objetivo de acabar com algumas das suas diferenças e, por essa via, dinamizar o comércio no interior da América Latina. Em busca de uma espécie de sobrevivência nas águas turbulentas da economia internacional; a Aliança e o Mercosul procuram encontrar pontos de convergência entre os blocos e modalidades de acordos específicos que sirvam os interesses de ambas as partes, para assim substituírem o ambiente de competição pelo de cooperação. Afinal, os dois blocos juntos representam, segundo a Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL), mais de 80% do comércio externo e mais de 90% do PIB e dos fluxos de investimento direto estrangeiro da sub-região. Ainda que as potencialidades destes dados sejam gritantes, esperar-se para já o alcance de acordos no sentido da convergência tarifária ou regulatória é demasiado ambicioso; porém, acordos nas áreas da mobilidade entre pessoas, da internacionalização de pequenas e médias empresas visando melhorar a competitividade da sub-região e da cooperação nas áreas da saúde, infraestrutura, exportação de manufaturados, turismo, energia, ciência e tecnologia parecem bastante mais viáveis a curto prazo, já que o importante, ao menos no curto prazo, é que se ganhe consciência de que a via da cooperação, e não da competição, é a mais adequada para quaisquer hipóteses de êxito da sub-região como um todo – o que seria particularmente importante para o Brasil e para o Mercosul, sendo certo que o Brasil já propôs a antecipação da tarifa zero no quadro do Mercosul

para o Chile, o Peru e a Colômbia, mas não para o México.

A Aliança do Pacífico tem de facto importância económica para toda a sub-região. Afinal, os quatro Estados membros em conjunto com o Panamá somam 200 milhões de habitantes, representando 40% do PIB latino-americano, enquanto dois dos seus Estados membros, o Chile e o México, integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e a Colômbia aguarda a sua adesão. Ademais, segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), o bloco foi, em 2010, responsável por USD 445 biliões de exportações, cerca de 60% a mais do que as exportações realizadas pelo Mercosul e cerca de 55% do total das exportações realizadas por toda a América Latina.

Com efeito, tendo em conta a ligação comercial e financeira existente entre os quatro Estados fundadores da Aliança e a vinculação comercial por sua vez existente entre estes e a região da Ásia-Pacífico, o então presidente peruano Alan García Pérez (2006-2011) tomou a iniciativa de propor a criação de um bloco que agregasse aqueles quatro Estados e, sobre a base dos acordos comerciais existentes entre eles, se atribuisse à nova entidade a finalidade de “*aprofundar a integração entre as respetivas economias e definir ações conjuntas para a vinculação comercial com a Ásia-Pacífico*”.

Desta forma, desde Abril de 2011 que as agências de exportação dos quatro Estados que compõem

o novo bloco vinham trabalhando em conjunto no sentido de promover as potencialidades do mercado interno para os investidores estrangeiros e identificar possíveis destinos para os bens e serviços produzidos no interior do bloco, em particular a Ásia, apontada como uma região estratégica para a promoção da inserção comercial dos Estados membros.

Aliança do Pacífico; só mais um projecto de integração?

A Aliança do Pacífico vem, assim, somar-se aos projetos de integração já existentes na América Latina, distinguindo-se de todos eles pela visão mais comercial que apresenta, não tão focada no objetivo da concertação política regional, e pela visão também mais abrangente, em número de Estados que, de uma forma ou de outra, abarca a nível global. A sua criação significa a criação de um padrão de integração novo na sub-região, assente na existência de tratados de livre comércio bilaterais prévios, sendo certo que o seu objetivo central é a facilitação do comércio entre os seus Estados membros e entre estes e a região da Ásia Pacífico, pretendendo a Aliança alcançar, ainda, um número igualmente crescente de Estados membros, esperando-se já a ampliação da mesma para o Panamá e a Costa Rica e contando a Aliança ainda com vinte Estados observadores e outros tantos que já solicitaram esse estatuto, como o Reino Unido, a Suíça e a Alemanha. Embora o intercâmbio de bens e serviços tenha sido o mote para a sua criação, a Aliança afirma não representar unicamente uma plataforma nesse âmbito restrito. Na IV Cimeira do bloco, em Antofagasta, Chile, foi dado o primeiro passo nesse sentido, com a eliminação dos vistos no trânsito dos cidadãos entre os quatro Estados membros a partir de 1 de Novembro de 2012, tendo-se estabelecido, meses depois, um programa de intercâmbio entre as Universidades dos Estados membros, existindo, desde Maio de 2012, uma rede de investigadores dedicados à pesquisa sobre as mudanças climáticas, prevendo-se a realização de atividades culturais na Ásia tendendo ao reforço do património comum partilhado pelas duas regiões do Pacífico.

Do mesmo modo, a Aliança fomenta a integração das Bolsas de Valores dos Estados membros, havendo um diálogo entre estas desde 2009, quando a Bolsa de Comércio de Santiago, a Bolsa de Valores da Colômbia e a Bolsa de Valores de Lima firmaram um acordo criando um mercado regional – Mercado Integrado Latino-Americano (MILA) – para a negociação de títulos de rendimento variável dos três países, que opera desde Maio de 2011 entre o Chile, a Colômbia e o Peru, esperando-se a adesão plena do México, que finalizava os trâmites necessários em 2014 o que, porém, só veio a ocorrer a 21 de Janeiro de 2015, tendo a Bolsa Mexicana de Valores já adquirido, entretanto, um total de 3,79 milhões de ações da Bolsa de Valores de Lima. O MILA funciona, assim, como uma ferramenta de adequação e harmonização da regulação facilitadora das operações financeiras internacionais, afirmando-

-se como o primeiro mercado da América Latina em número de empresas integradas, o segundo em tamanho de capitalização de stocks e o terceiro em volume de negociação.

Por outro lado, os Estados membros da Aliança criaram já um fundo de 1 milhão de dólares destinado a estimular a geração de novos mercados no interior do bloco, ao mesmo tempo que decidiram criar embaixadas e consulados comuns, como a que funciona no Gana, em representação dos quatro Estados, ou os acordos assinados entre o Chile e a Colômbia para partilhar a embaixada na Argélia e em Marrocos, e entre a Colômbia e o Peru para partilhar a embaixada no Vietname.

Em Antofagasta também se visou a criação de um Parlamento da Aliança do Pacífico, tendo sido criada uma Comissão de Acompanhamento Parlamentar da Aliança do Pacífico.

Não obstante a tentativa de dotar-se de uma vertente política, bem como de avançar, conforme referido na Declaração de Lima de 2011, “*progressivamente em direção ao objetivo de atingir a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas*”, a verdade é que a Aliança do Pacífico continua a valer essencialmente pela sua vertente económica, sendo certo que não está imune a grandes desafios, que terá de enfrentar se quiser concretizar a sua ambiciosa agenda.

Frente a este rol de desafios, se o êxito da Aliança depende diretamente do alcance da ambiciosa agenda traçada pelos Quatro, que demanda a adesão de futuros Estados, sendo para tanto necessário que outros Estados da sub-região estejam dispostos a participar nesta orientação de inserção internacional voltada à abertura ao mundo, o que não parece viável, considerando os modelos sociopolítico-económicos e de inserção internacional que os restantes países da região apresentam; concomitantemente, o êxito da Aliança depende da capacidade endógena dos Quatro em manter controladas as próprias fisuras internas e garantir dessa forma a homogeneidade do bloco. ■

A CRIAÇÃO E OS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA ALIANÇA DO PACÍFICO

Proposta pelo então presidente peruano Alan García Pérez (2006-2011), a existência da Aliança do Pacífico foi anunciada na cerimónia de assinatura do ato constitutivo do futuro bloco, a Declaração de Lima, em 28 de Abril de 2011, em Lima. Depois desta Declaração, foram realizadas diversas cimeiras entre os líderes dos quatro Estados que negociavam a criação da Aliança, visando estabelecer os objetivos e a estrutura para organizar a nova entidade, o que veio a ser alcançado na III Cimeira de Chefes de Estado, aquando da assinatura do Acordo Básico por videoconferência em 5 de Março de 2012. As negociações relativamente à estrutura final da nova organização prosseguiram e foram concluídas com a assinatura do documento que dá existência formal à Aliança do Pacífico, o Acordo Marco da Aliança, assinado em 6 de Junho de 2012, na IV Cimeira de Chefes de Estado em Antofagasta, Chile. O documento fundador da Aliança do Pacífico é, desta forma, assinado pelos presidentes Sebastian Piñera (Chile), Juan Manuel Santos (Colômbia), Felipe Calderón (México) e Ollanta Humala (Peru), não obstante ter sido proposta pelo seu antecessor Alan García Pérez, que deixou desde o início claro que os três requisitos básicos para a participação no bloco são, além da existência de acordos comerciais bilaterais com os Estados membros do bloco, a vigência do Estado de direito, da democracia e da ordem constitucional.

Referências

- ALIANZA DEL PACÍFICO (2013); *Alianza del Pacífico Hoy* [<http://alianzapacifico.net/cuatro-paises-solicitan-ser-observadores-de-la-alianza-del-pacifico/>].
- BERNAL-MEZA, R. (2012); *Latin America's Political and Economic Responses to the Process of Globalization*, in NILSSON, M. & GUSTAFSSON, J. (2012); *Latin American Responses to Globalization in the 21st Century*, Nova York, Palgrave Macmillan, pp. 16-35.
- KEOHANE, R. & NYE, J. (1977); *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, Boston, Little Brown.
- PATRÍCIO, R. C. (2014); *A América Latina Frente à Globalização e à Crise Económica Global: A Dispersão de Respostas*, in SOUSA LARA (Coord.); *Crise, Estado e Segurança*, Lisboa, MGI Editor, pp. 271-294.